

30 DE AGOSTO

8 DE MARÇO

WWW.APPSINDICATO.ORG.BR

especial



Editorial

O 8 de março - Dia Internacional da Mulher é uma marca histórica. Representa a síntese da incansável luta das mulheres na sociedade. Registra a presença feminina nos processos revolucionários, levando à mudanças nas relações de gênero.

A presença da mulher, no campo político, começou com o direito ao voto, e se ampliou com a conquista de representações femininas no parlamento. As precursoras foram: Carlota Pereira de Queiroz (primeira deputada federal), em 1933. A Benedita da Silva (primeira governadora e negra em 2002). A Maria Esther Figueiredo Ferraz (primeira ministra de Estado), em 1982. Eunice Michiles (senadora em 1979) e na década de 90, surgem outras senadoras.

Durante toda esta caminhada, estas mulheres pioneiras abriram caminho para a ampliação da participação da mulher em espaços de poder. Foram as primeiras a ocupar importantes cargos políticos. Propuseram um novo modo de governar. Buscaram romper com a ideologia machista e patriarcal que tende a dicotomizar os papéis sociais de homens e mulheres. Hoje, pela primeira vez na história do nosso país, temos uma mulher

ocupando o cargo máximo de representação de poder do nosso país, a Presidência da República. Esta conquista não foi dada de "mão beijada". É fruto de uma história de lutas e enfrentamentos, na qual muitas mulheres foram protagonistas. Algumas lembradas, com o nome registrado na história; outras tantas anônimas, mas todas enfrentando o machismo e a visão fundamentalista religiosa que busca insistentemente inferiorizar a mulher.

Nossa presidenta Dilma consolida este avanço da participação da mulher nos espaços de poder. Dos 37 ministros que compõe o primeiro escalão do governo, 9 são mulheres ministras. Este fato representa mais um passo em termos de equidade entre homens e mulheres no topo da hierarquia do Poder Executivo. Estamos avançando. Sob a presidência de uma mulher daremos maior visibilidade para as questões daquelas que durante séculos foram impedidas de exercer o poder e dirigir seus próprios destinos.

Nesta edição especial destacamos as mulheres que consolidaram o espaço político, e hoje ocupam cargos de decisão, atuando positivamente para reverter a desigualdade de poder existente entre homens e mulheres.

Destacamos nesta edição um texto de análise do resultado das eleições 2010, que revela os desafios que precisamos enfrentar para continuar a avançar. Também no ano dos e das afrodescendentes destacamos a participação da mulher negra no poder.

Abordamos a luta da categoria da educação, setor majoritariamente feminino, onde os salários são inferiores em relação ao conjunto dos demais servidores do Estado. Em artigo da professora e presidente da APP-Sindicato Marlei Fernandes, descortinamos parte das causas da desigualdade salarial que a categoria da educação sofre. O texto revela que a desvalorização da educação é estrutural e tem componentes da cultura machista. Por isso escolhemos o mês de março para lançar nossa campanha salarial.

Que as matérias desta edição especial do 8 de março sejam uma ferramenta em nossas mãos. Precisamos fazer avançar a construção de uma sociedade sem opressão de gênero ou de qualquer natureza.

Secretaria de Gênero e
Igualdade Racial
Direção Estadual da APP-Sindicato

CAMPANHA SALARIAL 2011

Equiparação é dívida com a Educação!

Neste mês de março vamos dar uma lição de gênero: lutar pela equiparação salarial é avançar na construção da igualdade econômica entre homens e mulheres

Todas sabemos que o mês de março é dedicado às mulheres. É a força simbólica do “8 de março - Dia Internacional da Mulher”. É o mês em que a mulher e o universo feminino ganham destaque. Da televisão às lojas, do marido e dos filhos até o trabalho, a “Mulher” ganha visibilidade. Portanto, este é o mês adequado para aprofundarmos o debate de gênero e a luta pela construção da igualdade entre homens e mulheres.

Entretanto, para nós, educadoras e educadores, o mês de março ganha uma dimensão especial. É o mês em que lançamos nossa campanha salarial. E o fato de nossa categoria ser, a maior parte, composta por mulheres merece destaque. Historicamente categorias profissionais majoritariamente feminina recebem salários mais baixos. Uma simples leitura do artigo ao lado, escrito pela professora Marlei Fernandes, revela a face da desvalorização da mulher e das profissões ditas “femininas”. Precisamos superar esta desigualdade!

Por isso queremos que este mês seja um marco para nossa reivindicação da equiparação salarial. A luta por salários dignos, pela autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho faz parte da história das lutas das mulheres. Este mês de março deve ser de muita mobilização. É tarefa de cada uma de nós, defensoras da educação pública de qualidade, promover o debate e dar visibilidade às lutas e resistências que as mulheres já têm feito, cotidianamente, para superar todas as formas de opressão, de violências, de preconceitos e discriminações que sofrem.

Estamos todas(os) convocadas(os), professoras(es) e funcionárias(os) da Educação, para somar forças com a comunidade escolar e cobrar do governo o compromisso assumido com a categoria. O governador Beto Richa assinou a carta-compromisso com a educação pública paranaense. Assumiu cumprir os principais itens da nossa pauta de reivindicações. Dentre os compromissos, no debate promovido pela APP-Sindicato com os candidatos ao governo do estado, Beto Richa destacou o compromisso com a equiparação salarial.

E agora é a hora de cobrar os compromissos. Diversas atividades estão programadas:

* **Dia 12 de março**, no Ato Público do Dia Internacional da

Mulher, em Curitiba, será feito o lançamento da Campanha Salarial com o mote *“Equiparação é dívida com a Educação”*. Durante todas as atividades específicas do Dia da Mulher vamos pautar e relembrar este compromisso.

* **Dia 26 de março** teremos a Assembleia Estadual da categoria, momento em que vamos definir as demais atividades da campanha salarial culminando na data base de 1º de maio.

Pauta Estadual, desafios centrais:

Equiparação salarial para professoras(es) e funcionárias (os) da ativa e aposentadas (os) – A luta é para equiparar os salários com os demais trabalhadores e trabalhadoras cujos cargos exigem formação superior para ingresso. As(os) Servidoras(es) do Poder Executivo ingressam no Estado recebendo no mínimo R\$ 2.521,64, tendo a mesma formação e jornada de trabalho semanal da(o) Professora(or) que tem salário inicial de R\$ 2.001,76 com auxílio de vale transporte. Nossa proposta é: **correção da inflação do ano e reajuste 25,97% para a equiparação.**

Também reivindicamos:

* Alteração do SAS com um novo modelo de atendimento à saúde;

* Novo porte de escolas que aumente o número de trabalhadores(as) para melhorar as condições de trabalho;

* Diminuição do número de estudantes por turma;

* Aprovação da Lei do Piso a todos os profissionais da educação, dentre outros itens da pauta.

Profissões com mais mulheres têm salários mais baixos

Esta situação nos causa revolta e indignação. Vejam só a dura realidade: segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA¹, de dezembro de 2010, revelou que as mulheres ainda têm salários mais baixos que os homens. Outro estudo, agora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, revela que são as mulheres; a população negra e indígenas que tem os salários mais baixos da América Latina. Neste estudo, de 2009, as mulheres trabalhadoras do Brasil recebiam, em 2009, salários 30% menor (em média) que o dos homens por trabalho igual ou similar.

Mas esta desvalorização do trabalho da mulher não vem de hoje. Em 1910, o governador do Piauí, durante um discurso para a reabertura da Escola Normal dedicada especialmente para o sexo feminino, explicitou as razões desta profissão – professora normalista, ser reservada às mulheres:

*“Duas razões principais atuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e mais poderosa foi a natural aptidão para desempenhar melhor esta função que a mulher possui; mais afetiva que o homem, ela está, por isso, muito mais apta a ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros albosres da inteligência. A segunda razão foi a exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia da vida atual, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os minguados ordenados. A mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai e pelo irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços.”*²

Como não revoltar-se com estas afirmações? As palavras do governador do Piauí nos fazem pensar sobre o significado histórico da presença majoritária das mulheres na área da educação. “Resignadas para receberem parcos salários” e “naturalmente aptas para o magistério”. A desigualdade salarial imposta à nossa categoria, portanto, não é apenas de caráter econômico. A diferença salarial entre a carreira da educação e as demais carreiras tem um componente ideológico e machista.

Às mulheres foram reservadas áreas profissionais voltadas para sua “aptidão natural”, segundo o governador do Piauí. Assim, as mulheres foram paulatinamente se voltando para o trabalho da educação, e esta área profissional foi “naturalmente” reservada a elas. Entretanto, não foi assim com outras funções e serviços do Estado. Na medida em que a máquina do estado crescia, novas funções e categorias surgiam. E, “naturalmente” as funções majoritariamente masculinas faziam jus à um salário maior. Afinal, “é absurdo pensar em pagar minguados ordenados aos homens”.

Diante disto, podemos nos perguntar: será que já superamos totalmente esta ideia socialmente construída? A sociedade – e o governo, ainda vêem a professora e a funcionária de escola como aquelas que “ajudam” em casa, que devem ser “providas por um homem”? O que ainda sobrevive desta *caricatura ideológica* na sociedade, ou em nós mesmas?

Sabemos que os tempos mudaram, que hoje a categoria da educação, ainda majoritariamente feminina, conta com a participação de muitos professores e funcionários do gênero masculino. Mas, ainda assim, nosso trabalho vale menos que o de outras categorias do Estado. Sabemos que as mulheres estão ocupando cada vez mais espaços, antes reservados apenas para os homens. Porém, a luta pela igualdade – econômica, política, social, sexual entre homens e mulheres avança

¹ - Saiba mais em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/sips_genero2010.pdf
² - KULESKA, Wojciech – A institucionalização da Escola Normal no Brasil – 1870-1910, in: Revista Brasileira de estudos Pedagógicos do Brasil, MEC/INEP, set/dez 1998, vol 79, PP.63-71.

* - Presidenta da APP-Sindicato, Coordenadora do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Ex-dirigente da CNTE. Professora de Língua Portuguesa e Pedagoga da Rede Estadual de Ensino.



Marlei Fernandes de Carvalho*

de forma desigual, mas combinada.

Ainda existem “nichos” reservados aos homens, como por exemplo a política, a defesa, a tecnologia e os cargos de direção, chefia e/ou gerência. Ou seja, pilares importantes do sistema de decisão e direção, geralmente melhores remunerados. Sendo que as mulheres estão, majoritariamente, nas áreas sociais, menor remuneradas, como é o caso da saúde, assistência social e da educação.

E estas áreas profissionais têm sofrido sistemática desvalorização por parte de governos. É importante reconhecer – no contexto desta análise, que a iniciativa da nossa presidenta Dilma que, em seu primeiro pronunciamento à nação, pautou a educação como prioridade em seu governo, expressa o significativo avanço que a luta das mulheres tem produzido.

Entretanto, também assistimos – no último período, ao esforço de governadores e prefeitos por tentar impedir a aprovação do PSPN. Ainda vemos que os salários da educação diminuem na medida em que diminui o nível do ensino – salários menores e e com menos direitos para as creches e salários um pouco melhores para as universidades. Nossa profissão é desvalorizada, seja na esfera municipal ou estadual.

Não por coincidência, o número de mulheres é maior nos níveis iniciais onde os salários são menores. Este problema, que combina elementos culturais, ideológicos e econômicos se repete em escala global.

Mas nós não nos conformamos com o fato de os salários da educação serem os menores do funcionalismo paranaense, e por isso lutamos bravamente, seja no passado ou no presente. Já mostramos à sociedade e à história que as ideias do governador do Piauí, do começo do século XX, estão ultrapassadas. Estamos em um novo tempo e sabemos combinar luta e esperança. Somos uma categoria forte e ousada, e vamos seguir lutando. Neste mês de março, toda a nossa energia, inteligência e entusiasmo devem estar direcionados para fazer avançar nossa campanha salarial. Que este material, em especial, sirva para nossas reflexões na escola, com nossos alunos e alunas, com nossos colegas e nossas companheiras e companheiros, irmãos de luta, conquistas e de sonhos.

Que este 8 de março, revolucionário, socialista, reacenda nosso ânimo para o debate, para a organização e para a luta.



A luta por salários dignos, pela autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho faz parte da história das lutas das mulheres.

ANO DOS AFRODESCENDENTES:

Pela maior participação da mulher negra no poder

A eleição da primeira presidente da República do país abriu alas para a participação de mais mulheres na estrutura do governo Dilma. Hoje são nove mulheres escolhidas por Dilma para o primeiro escalão: Miriam Belchior, Tereza Campello, Izabella Teixeira, Ideli Salvati, Luiza de Bairros, Ana de Hollanda, Maria do Rosário, Iriny Lopes e Helena Chagas. Destas, apenas uma é mulher negra: Luiza Bairros.

No ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) institui 2011 como ano dos afrodescendentes, afim de combater o racismo e as desigualdades econômicas e sociais dos negros, a baixa representatividade da mulher negra na política fica mais em evidência. As discriminações raciais somadas às de gênero são eixos estruturantes das desigualdades sociais no país e América Latina; as mulheres negras sofrem com a dupla desigualdade: recebem menos que a metade do salário dos homens brancos em trabalhos formais. Além disso, as mulheres negras são as que mais sofrem os impactos da desigualdade com relação à proteção social e a precarização do trabalho. Elas têm maior representação no trabalho doméstico, na produção para próprio consumo e no trabalho não remunerado, exemplo disso é a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas.

Na esfera de representação política, a mulher negra está longe de atingir os espaços institucionais de poder. Para a secretária de Gênero

e Igualdade Racial da APP-Sindicato, Lirani Maria Franco, a presença tanto de Matilde Ribeiro como de Luiza Bairros (ministra da Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) nos ministérios fortalece a luta anti-racista na República. "Historicamente, o povo afrobrasileiro foi submetido a um processo de isolamento político. A Lei 10.639 está presente para nos lembrar que é preciso resgatar a história das mulheres negras que resistiram. Não podemos esquecer a luta de Luiza Mahin, Anastácia de Benedita da Silva - que foi a primeira deputada, governadora e senadora negra - e de tantas outras. São lutadoras desconhecidas para muitos no ensino formal, mas que foram e são fundamentais para o avanço na igualdade de direitos de 51% dos brasileiros, ou seja, daqueles que se reconhecem como pretos ou pardos", destaca Lirani.

Por uma infância sem racismo - Na campanha "Por uma infância sem racismo", o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com a Seppir produziu um vídeo que destaca as desigualdades orientadas por questões étnico-raciais.

Segundo o vídeo - disponível no portal da APP - "o direito de sobreviver é garantido a todas as crianças, mas uma criança indígena tem 2 vezes mais chances de morrer que uma criança branca. A desigualdade também atinge as crianças negras. Elas têm 25% mais chances de morrer antes de completar 1 ano de idade do que as crianças brancas". Além disso, dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que constam no 4º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2010) revelam que a taxa de analfabetismo entre a população branca de 15 anos ou mais é de 6,1%, enquanto que para os negros e pardos é de 14,1% - diferença de 131,1%. Para Lirani, a APP, comprometida com a educação das relações sociais, incentiva que a campanha seja levada às salas. "Para garantir equidade racial é necessário investir em ações afirmativas, mesmo diante de reações contrárias à inclusão. Enquanto estivermos convivendo com um racismo velado, temos de desconstruí-lo com políticas públicas que incentivem a igualdade", destaca Lirani.

Mulheres negras brasileiras

Escrava Anastácia - Heroína negra (no século XVIII)

Maria Filipa - liderança destacada em 1822, na luta contra o domínio português (BA).

Luiza Mahin - líder da revolta dos Malês (BA).

Mãe Menininha do Gantois, candomblecista, Salvador (BA).

Luiza Bairros - Ministra da Seppir
Benedita da Silva - 1ª governadora e negra do Brasil.

Leci Brandão - cantora, deputada recém eleita para a Assembleia Legislativa de São Paulo.

Marina Silva - ex-ministra do Meio Ambiente no governo Lula.

Lélia Gonzales - professora universitária, militante feminista e anti-racista (MG).

A APP-Sindicato e mulheres da Via Campesina lutam contra agrotóxicos e alimentos transgênicos

A APP-Sindicato, possui forte comprometimento político com a luta dos trabalhadores/as, sejam eles/as da cidade ou do campo. Ao longo de sua trajetória destaca-se, por sua capacidade de diálogo e solidariedade com os diversos movimentos sociais.

Por entender que os professores/as, funcionários/as e estudantes precisam saber do risco que é ingerir alimentos que são produzidos com uso de agrotóxicos e/ou com sementes transgênicas, a APP une-se a luta das mulheres da Via Campesina. No início de fevereiro, dirigentes e funcionárias da APP-Sindicato participaram, no pré-assentamento "Eli Vive", em Lerroville, próximo a Londrina, do 1º Seminário das mulheres sobre Agrotóxicos. O evento - com a participação de mais de 100 mulheres da Via Campesina/ Brasil - teve como principal debate o uso de agrotóxicos na produção de alimentos e os riscos que a transgenia traz para a humanidade.

Na categoria, temos educadores/as que tem acompanhado ativamente as

discussões relacionadas a produção de alimentos saudáveis, em especial, junto às mulheres da Via Campesina/MST vêm se empoderando deste tema. Estudando e fazendo os enfrentamentos ao uso dos agrotóxicos e das sementes transgênicas, que são sementes geneticamente modificadas em laboratório, pela introdução de pelo menos um gene de outra espécie.

Alimentação saudável direto na escola

Desde 2009 ficou aprovada a Lei Federal 11.947/2009, que define que 30% dos produtos da alimentação escolar devem ser provenientes da agricultura familiar. A Resolução nº38, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), garante que os produtos agroecológicos sejam prioridade na lista de compras desses alimentos pelos municípios e estados. Esta mesma lei mesma assegura que o cardápio das escolas devem ser elaborados de acordo com a cultura alimentar local, buscando sustentabilidade, diversificação da agricultura sazonal, alimentação saudável e adequada.

Por outro lado, essa legislação além de garantir uma alimentação mais saudável na



Participantes do seminário ficaram alojadas nos barracos das famílias acampadas. Foto: Família de Leonel e Helena Cerafin Bialão, que acolheram as integrantes da APP-Sindicato.

escola, tem um cunho social e econômico muito grande, pois proporciona trabalho e renda à agricultura familiar e pequenos agricultores em geral, na defesa do uso social da terra e contra a concentração de grandes propriedades na mão de pessoas que exploram a terra, devastando e agredindo a natureza, visando unicamente e qualquer custo o lucro.

Sugestão de atividades:

- Faça um debate com seus alunos/as sobre a qualidade da merenda escolar. Quem produz? São da Agricultura Familiar? É produzido pelas mulheres?
- Faça uma entrevista com as merendeiras da escola sobre os alimentos que são usados nas refeições, o que é orgânico? O que é transgênico?

Ampliação da participação política das mulheres: uma análise das eleições 2010

É bem verdade que as eleições de 2010 prometiam avanços para a ampliação da participação política das mulheres. A Organização dos Estados Americanos - OEA, declarou 2010 como o Ano Internacional da Mulher na Política. As cotas de candidaturas femininas, após 15 anos, passaram a ser obrigatórias; legislação obrigou os partidos a reservarem 5% do fundo partidário para formação política das mulheres; tivemos duas mulheres candidatas a presidente, com trajetórias políticas de luta democrática.

Enfim, tudo indicava que haveria avanço da participação feminina nos espaços de poder; que as propostas e reivindicações paridas no calor das lutas feministas ganhariam espaço e compreensão na sociedade. Mas, não foi bem assim. O resultado das eleições revelou que a cultura patriarcal, elitista e racista ainda guarda força no senso comum da sociedade brasileira. Mais que isso; esta "cultura machista" foi alimentada, instrumentalizada, usada como arma de guerra, instaurando um novo "caça-às-bruxas" que se espalhou por redes sociais varrendo o debate de questões centrais à sociedade brasileira, alimentado pela força dos ventos conservadores.

Os números falam por si.

Houve um aumento substancial nas candidaturas femininas para os cargos proporcionais que, no entanto, não foi acompanhado de uma elevação no número de cadeiras conquistadas por mulheres na Câmara dos Deputados e nas várias Assembleias Estaduais.

Total de registros de candidaturas femininas	2006	2010	Relação 2006/2010
Mulheres candidatas a deputadas federais	628	980	Aumento de 56%
Mulheres eleitas deputadas federais	45	45	Manteve igual
Mulheres candidatas a deputadas estaduais	1.736	2.764	Aumento de 59,2%
Mulheres eleitas deputadas estaduais	123	136	Aumento de 10,5%

Em 2006 o total de 628 mulheres que concorreram ao cargo de deputada federal representava 12,6% do total de candidaturas. Já em 2010, as 980 candidatas representaram 19,2% do total de candidaturas para a Câmara Federal. De fato houve um aumento da participação feminina que, no entanto, não resultou em ampliação da presença da mulher entre deputados federais. Do total de 513 cadeiras, as mulheres continuam representando 8,77% do espaço de poder legislativo federal, ou seja, 45 cadeiras.

Para o cargo de deputada estadual obtivemos um magro crescimento. Passamos de 123 deputadas estaduais na legislatura passada para atuais 136 deputadas eleitas. Entretanto, as mulheres representam apenas 12,84% do total de deputados estaduais no Brasil. A região sul apresenta os menores índices de participação feminina, seja na Câmara Federal ou nas Assembleias Estaduais.

De um modo geral o aumento da participação feminina nas eleições favorece o empoderamento das mulheres e da pauta política em favor da igualdade. Mas, nem sempre é assim; afinal, não basta ser mulher. Vejam o exemplo da candidata Weslian Roriz, que substituiu seu marido "ficha suja" na disputa pelo governo do Distrito Federal, e que enalteceu - até de maneira cômica, a aceitação da subordinação da mulher ao seu papel "tradicional" definido pelo mundo machista.

Mulher votou em mulher?

A participação, nas eleições, de duas mulheres com chances reais de chegarem à Presidência da República não foi suficiente para suscitar o debate sobre a sub representação feminina nos espaços de poder. Na verdade, no decorrer da campanha, os conteúdos centrais do debate de gênero foram dando lugar a uma visão rebaixada do papel da mulher. Um dos argumentos de campanha do José Serra era de que "ela não vai dar conta", colocando em dúvida a competência das mulheres - artifício machista sempre usado para desqualificar as mulheres e mascarar as razões da iniquidade no poder.

O tema do aborto, que dominou o segundo turno, acabou por colocar na defensiva as propostas políticas que fazem avançar a construção da igualdade de gênero. O fato não surpreendeu parte dos movimentos e organizações de mulheres que, insistentemente,

ao longo de anos, vem alertando sobre os riscos que o fundamentalismo religioso representa para a democracia. Estes setores, alimentados pela base teológica, ideológica e filosófica de Tomás de Aquino (séc. XII) e Santo Agostinho (séc. IV) que pregavam com veemência a tese da inferioridade da mulher, serviram de "capa e espada" aos interesses conservadores do projeto neoliberal representado por Serra.

Amplificados pela estrutura de campanha do candidato conservador e pela maquinaria da mídia empresarial, o pensamento fundamentalista penetrou no senso comum da sociedade fazendo emergir a cultura machista, recriando sentimentos existentes no período da Idade Média. Controlar o corpo feminino, a mente e a capacidade de ação da mulher têm sido a base de sustentação do patriarcado no decorrer da história.

Entretanto, ainda assim, obtivemos uma dupla vitória: elegemos a primeira mulher Presidenta do Brasil e derrotamos nas urnas muitas dessas lideranças fundamentalistas. Mesmo tendo o debate fundamentalista religioso amplificado pela mídia conservadora, uma parcela importante do eleitorado rechaçou estas teses.

Se olharmos os números, no primeiro turno 67% do eleitorado (incluindo homens e mulheres) votaram em uma mulher para o mais importante cargo político do país. No segundo turno 56,05% dos eleitores e eleitoras elegeram Dilma presidente.

Muito por avançar.

A eleição de Dilma presidente é um marco na história da luta das mulheres no Brasil. Esta vitória expressou, por, um lado a vontade de mulheres e homens em seguir mudando o Brasil para melhor, e por outro abriu a possibilidade para a superação dos valores, presentes no senso comum, de que as mulheres são seres inferiores.

Mas muito temos por avançar. Apesar de representarem cinco milhões a mais de votos, a força numérica das mulheres parece ainda não produzir a força necessária para se fazer escutar. É difícil para a sociedade brasileira emergir da cultura patriarcal, elitista e racista. Contudo e apesar das forças conservadoras, há sinais de evidentes de questionamento ao machismo e do empoderamento das mulheres.

II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O II Pano Nacional de Políticas para as mulheres (II PNPM) é fruto da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram das Conferencias Municipais e Estaduais. A II Conferencia Nacional de Política, foi realizada em agosto de 2007 e contou com a participação 2.700 delegadas de várias organizações que tem como proposta reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Os princípios norteadores do II PNPM aprovados nas I e II conferências nacionais são: Igualdade e respeito à Diversidade; Eqüidade; Autonomia das Mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das Políticas; Justiça social, Transparência dos Atos Públicos e Participação e Controle Social.

Assim sendo, o II PNPM é um Plano de Governo, isto é, que traz benefícios não somente para as mulheres, mas é um Plano que beneficia toda a sociedade. Veja algumas das prioridades e suas metas.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NÃO-SEXISTA, NÃO-RACISTA, NÃO-HOMOFÓBICA E NÃO-LESBOFÓBICA

“Respeito à diversidade também se aprende na escola”

- Prioridades**

 - Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a eqüidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;
 - Promover a formação de estudantes da educação básica para a eqüidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;
 - Promover a formação das mulheres (jovens e adultas) para o trabalho, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões;
 - Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino.

- Metas**

 - Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo Governo Federal;
 - Alfabetizar 3 milhões de mulheres;
 - Reduzir de 9,64% para 8% a taxa de analfabetismo feminino, entre 2006 e 2011;
 - Reduzir de 13,38% para 11% a taxa de analfabetismo das mulheres negras, entre 2006 e 2011;
 - Construir 950 salas de aula em comunidades remanescentes de quilombos;
 - Formar 5.400 professores/as da rede pública de ensino fundamental para atuar em comunidades remanescentes de quilombos;
 - Matricular 2.000 mulheres indígenas em cursos de Licenciatura Intercultural;
 - Construir 2.000 escolas da rede pública em áreas do campo;
 - Formar 15.000 jovens agricultoras familiares no Programa Saberes da Terra do ProJovem;
 - Ampliar em 5%, entre 2008 e 2011, a frequência de meninas, jovens e mulheres negras à educação básica;
 - Ampliar em 10%, entre 2008 e 2011, a frequência de mulheres negras ao ensino superior.

AÇÕES AFIRMATIVAS EM GÊNERO PROVOCAM MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA SOCIEDADE

A luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela cidadania, saúde, autonomia e não-violência contra às mulheres, faz emergir políticas públicas que assegurem suas reais necessidades. Destacam algumas políticas têm mudando o dia-a-dia de muitas brasileiras.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 2010, o Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal completou sete anos. Ao longo destes anos, o PBF se expandiu, tornando-se um dos programas sociais de maior cobertura na rede de proteção social brasileira.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um salto de 3,6 milhões de famílias beneficiárias, em 2003, 12,7 milhões de famílias, em 2010. São cerca de 50 milhões de pessoas, ou 26% da população brasileira beneficiárias.

Um dos pilares de sustentação do Programa do Governo Federal é a provisão do bem estar de seus integrantes. A forma de administração do recurso pode ser feita tanto pelo homem quanto pela mulher. Porém isto influencia nas relações de gênero, uma vez que o programa destina quase sempre o benefício para as mulheres como responsáveis pela família. Veja o exemplo:

Perfil legal das famílias beneficiárias
Informações do Cadastro Único, março 2010 (em % do total de pessoas)

Sexo	Brasil	Faixa etária	Brasil	Nível de instrução	Brasil
Feminino	92,5	16 a 24 anos	11,8	Analfabeto	12,3
Masculino	7,5	25 a 34 anos	35,5	Ensino Fundamental incompleto	65,1
Cor/Raça	Brasil	35 a 44 anos	29,5	Ensino Fundamental completo	3,4
Branca	26,9	45 a 54 anos	16,2	Ensino Médio incompleto	7,9
Negra	10,0	55 a 64 anos	5,8	Ensino Médio completo	11,1
Parda	62,1	65 anos ou mais	1,2		
Amarela	0,3				
Indígena	0,7				

De acordo com os dados apresentados, observa-se que as mulheres correspondem a 92,5%, contra 7,5% de homens. Elas são 62,1% pardas, com idades entre 25 e 34 anos e 65,1% possui o ensino fundamental incompleto. Fica evidente que a mulher é quem está à margem da sociedade. Ela que está na linha de pobreza. Portanto, sendo beneficiada pelo PBF é a responsável e pode garantir a alimentação, a saúde e manter às crianças na escola.

Embora mínimo, os valor da BF incentiva a mulher a construir a sua autonomia, como sujeita responsável na contribuição do rendimento dos recursos da família. O que resulta no empoderamento das mesmas enquanto cidadãs.

Sugestão de atividade:

Utilizando o recorte de gênero, raça e faixa etária que leitura podemos fazer das famílias beneficiárias pelo Programa?

“A posição e o papel da mulher têm um impacto decisivo na formação das famílias. As mulheres são hoje 51% da população brasileira, e 43,7% da população economicamente ativa do país. O investimento na mulher beneficia toda a família, quando se investe na saúde, na educação e na geração de renda das mulheres, as crianças são mais saudáveis e passam a ter melhor rendimento escolar. Incentivar, entre outras coisas, a participação das mulheres na política” (Trecho do discurso de Posse da Presidenta Dilma Rousseff).

Impactos positivos na Educação:

- aproximadamente 15 milhões de crianças de 6 a 15 anos e adolescentes entre 16 e 17 anos tem acompanhamento bimestral de sua frequência à escola.

No Ensino Fundamental, o abandono dos/as beneficiários/as é de 3,6%, contra 4,8% do conjunto de estudantes. No Ensino Médio, o índice é de 7,2%, enquanto no total de estudantes chega a 14,3%.

Os/as beneficiários/as que estão no ensino fundamental apresentam aprovação bastante similar à média encontrada para o conjunto dos/as estudantes do ensino público (80,5% contra 82,3%) e, no ensino médio, sua aprovação chega a ser maior que a média (81,1% contra 72,6% de todos/as os/as estudantes).

Ainda: de 2003 a 2010, das crianças e jovens beneficiadas pelo PBF, 63% delas já ultrapassaram a escolarização média de seus pais.

Para refletir: Estes dados fazem bem somente às famílias beneficiárias pelo PBF ou para toda a sociedade?

Fonte: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Destaques: ações e programas do Governo Federal / Secretaria de Comunicação Social – Brasília, 2010.

Avaliação do PBF: - Constatou-se que o Programa era efetivo na redução dos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda; que não produzia incentivos inadequados sobre a oferta de trabalho; que aumentava a frequência e a aprovação escolar. Além disso, elevou os níveis de vacinação no período apropriado e reduziu a desnutrição infantil e melhorou o acompanhamento médico das mulheres grávidas. (Ipea, 2010).

AQUISIÇÃO DA TERRA

Historicamente, o acesso a propriedade foi um direito masculino, seja através da herança da família, do mercado ou do Estado. O esforço pela compra da terra somava os rendimentos financeiros do casal, porém a escritura geralmente ficava no nome do homem e da mulher nem constava no documento. Contudo, a Constituição de 1988 prevê que a titulação pode ser feita no nome do casal - o nome da mulher passa a ser uma opção e não requisito.

Para professora de Economia da Universidade de Massachussets, Carmen Diana Deere, que pesquisa a situação da propriedade da terra na América Latina e a questão de gênero, isso tem mudado. “Nos últimos anos, já em nível internacional, há uma maior consciência da importância da terra para a mulher. Se ela tem o controle sobre a propriedade é muito mais seguro que a alimentação da família seja garantida, também cria bases de uma igualdade real entre o homem e a mulher. Aumenta o poder e melhora a auto estima da mulher, quanto a sua possibilidade de participar das decisões no lar, na produção, etc.”, explica.

No Brasil 12% das terras que pertencem a assentamentos são de propriedade das mulheres. Nos acampamentos elas estão em pé de igualdade com os homens. São participativas e organizadas, dirigem e integram coletivos, dando assim, grande contribuição na Reforma Agrária no Brasil. Apesar da vida cotidiana ser difícil nos acampamentos, como a precaridade no atendimento à saúde, saneamento básico, energia elétrica, sem conforto para seus filhos/as, ainda é imprescindível a luta pela posse da terra.

Mais cidadania para as trabalhadoras do campo

Entre 2004 e 2009, foram emitidos gratuitamente através do “Expresso Cidadã” mais de 1,22 milhão de documentos. Ação beneficiou mais de 550 mil trabalhadoras rurais, em 2.368 municípios de 21 estados.

Luta contra Violência Doméstica

Cerca de um milhão de atendimentos foram feitos pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, até novembro de 2005. Desde que foi sancionada, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) vem surtindo efeitos no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher ao prever, além de medidas punitivas aos agressores, proteção à integridade física e assistência jurídica, social e psicológica à vítima.

Licença-Maternidade de 180 dias

Foi aprovada, em agosto de 2010, a Proposta de Emenda à Constituição garantindo a ampliação da maternidade para 180 dias.

Saiba mais sobre licença maternidade em outros países:

- * Austrália: licença de 1 ano, não remunerada.
- * Cuba: 18 semanas pagas pelo governo;
- * Espanha: licença de 16 semanas pagas pelo governo;
- * Portugal: 4 meses remuneradas pelo governo;
- * Itália: 5 cinco meses. O governo paga 80% do salário;

CONTRA A OPRESSÃO DE GÊNERO E DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

A APP-Sindicato criou o Coletivo Estadual de Gênero e Classe, em 1993, para organizar a luta contra as discriminações e preconceitos que as mulheres são vítimas e que se expressam na pobreza, no salário mínimo de fome; na ausência de políticas públicas como saúde, educação e moradia. As mulheres constituem a maioria dos/as desempregados/as; ocupam o mercado de trabalho em maior número nas últimas décadas como mão-de-obra mais barata e facilmente adaptável à flexibilização sem a garantia de direitos essenciais, tais como creche, auxílio-maternidade entre outros.

Este debate se justifica também pela desvalorização profissional existente na categoria dos/as trabalhadores/as em educação, composta por mais de 80% de mulheres e que, não por acaso, recebem salário 25,97% menor em relação às/aos servidores/as de outras secretarias em início de carreira e com mesma exigência de formação. Portanto, a equiparação salarial é uma luta contra a discriminação de gênero.

» Acesse:

Blogs Feministas

- » Escreva Lola escreva
- » Blogueiras Feministas
- » Machismo Mata
- » Quem o machismo matou hoje?
- » Cynthia Semíramis
- » Maria Frô
- » Desculpe a Nossa Falha
- » O biscoito fino e a massa
- » O Feminismo Está a Passar Por Aqui...
- » Feministas sem fronteiras
- » Lilás com gengibre
- » O mal da indiferença

Nos últimos Congressos e Conferências que o sindicato realizou foram aprovadas diversas propostas para o chão da escola, dentre elas:

- como item da pauta de reivindicações junto a SEED o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de educação inclusiva e não-sexista nas escolas estaduais organizando amplo programa de formação continuada sobre o tema;

- potencializar a escola como espaço de transformação, rompendo com a lógica da reprodução capitalista e patriarcal e dos valores por ela impostos e reproduzidos, como o de uma educação sexista, racista e elitista;

- garantir no Projeto Político-Pedagógico das escolas a realização de palestras, debates e elaboração de materiais didáticos sobre o feminismo, a história das mulheres e suas lutas, a necessidade do respeito e o reconhecimento de seu valor na sociedade;

- trabalhar nas escolas temas relacionados à saúde, aos direitos reprodutivos, à autonomia das mulheres sobre seus corpos, à mercantilização do corpo das mulheres, à sexualidade, à violência e toda discriminação, procurando refletir e propor formas de resistência e superação;

- que o Estado crie mecanismos para que a divisão de tarefas na escola não seja realizada com base na cultura historicamente construída de que a limpeza, a alimentação e os cuidados com alunos/as são tarefas exclusivamente femininas;

- buscar a garantia de que o material didático-pedagógico utilize a categoria gênero como instrumento de análise, e que não se use uma linguagem sexista e discriminatória



quanto à raça/etnia e orientação sexual nos conteúdos e imagens, evitando assim as discriminações;

- protagonizar a luta pelo enfrentamento à violência sexista, divulgando a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha - que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres, em todas as escolas.

Procure o Núcleo Sindical de sua região para conhecer todas as propostas que orientam o Coletivo Estadual de Gênero e Classe da APP-Sindicato e que foram publicadas no Caderno de Resoluções da V Conferência Estadual de Educação, realizada em 2010. O Caderno pode ser acessado no portal da APP sindicato:

<http://www.appindicato.org.br>

Faça parte você também!

» Integre-se a um dos coletivos da APP-Sindicato:

Gênero e Classe;
Promoção da Igualdade Racial;
Meio Ambiente e Promoção da Cidadania LGBT;
Pessoas com Deficiência;
Funcionários/as;
Aposentados/as.

Expediente

APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ
Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Ed. Asa - Curitiba - PR
CEP: 80.020-926 - Fone: (41) 3026-9822 - Fax: (41) 3222-5261
www.appindicato.org.br

Uma produção da Secretaria de Gênero e Igualdade Racial APP-Sindicato - educacional@app.com.br

- Organização: Andréa Rosendo, Carina da Cruz Magalhaes, Edson Luiz Cruz, Janeslei Aparecida Albuquerque, Lirani Maria Franco, Maria Madalena Ames, Marlei Fernandes de Carvalho, Solange Ferreira, Rosani do Rosário Moreira, Tomiko Kiyoku Falleiros, Valdirene de Souza e Vanessa Reichenbach.

- Projeto Gráfico e Diagramação: W30L Comunicação
- Gráfica: WL Impressões • Tiragem: 20 mil exemplares.